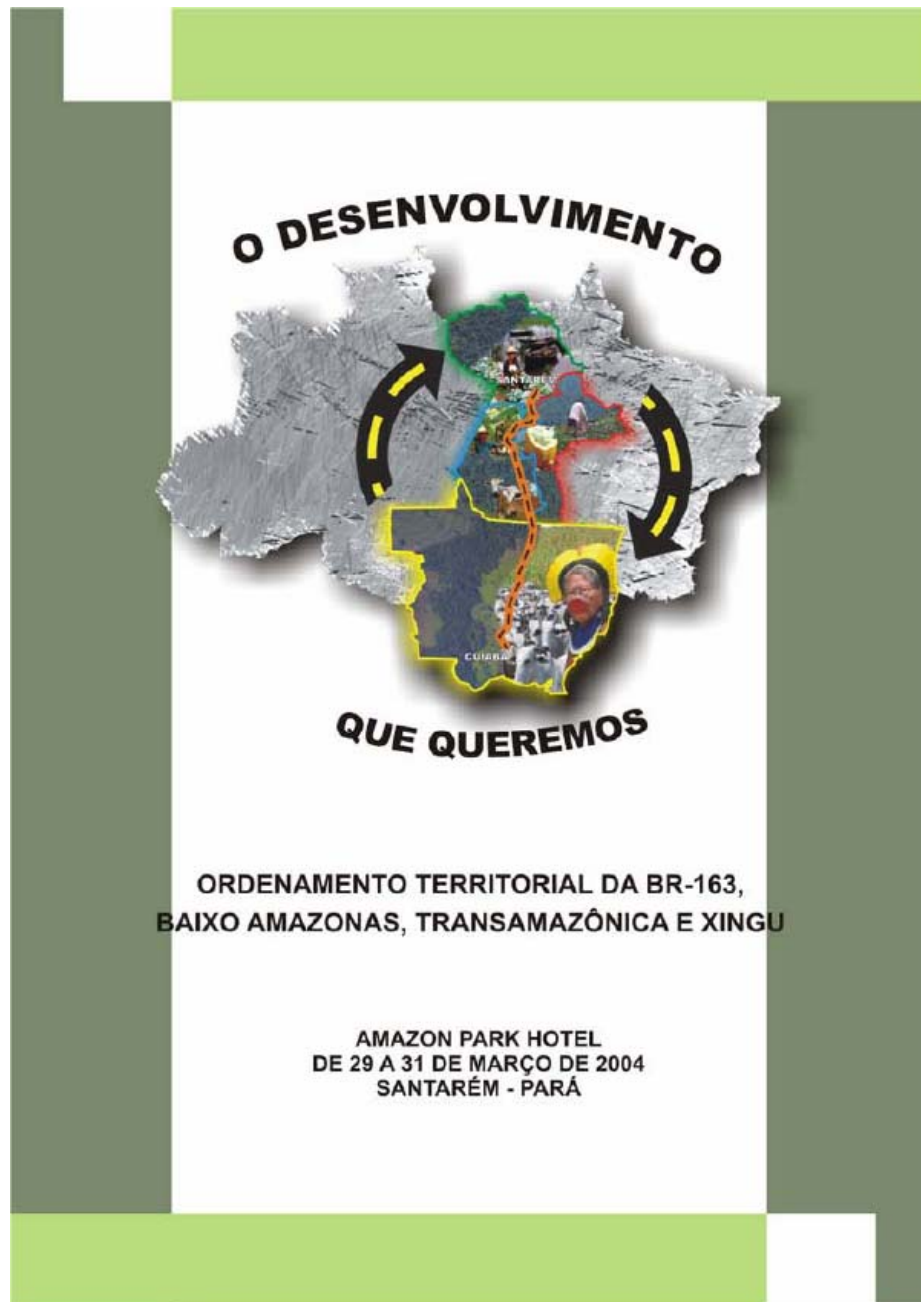


RELATÓRIO DO ENCONTRO



BELÉM 03, JUNHO DE 2004

O Desenvolvimento que Queremos: Ordenamento Territorial da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu

29 a 31 de março de 2004

Santarém-PA

Organização:

Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAM)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, Baixo Amazonas (FETAGRI-BAM)

Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163

Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD)

Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Instituto Centro Vida (ICV)

Instituto Socioambiental (ISA)

Apoio:

Fundação Betty e Gordon Moore, USAID, ICCO, Comunidade Européia,

Rainforest Foundation, Rainforest Action Network, WHRC, EDF, WWF, CI,

TNC, ATIX, FASE- Pará/Amazônia, FAOR, UNEMAT

Relatório

O Desenvolvimento que Queremos: Ordenamento Territorial da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu

FICHA TÉCNICA

Coordenação geral do evento:

Socorro Pena (IPAM)

Equipe de coordenação:

Ana Paula Souza (FVPP), Ane Alencar (IPAM), Arno Longo (Forum BR-163), Elton Rivas (Formad), Fernando Fedola (ISA), Irene Pinheiro (CEFTBAM), Jose Amazonas Rocha (CEFTBAM), Luzia Pinheiro (FVPP), Nilfo Wandscheer (GTA), Paulo Medeiros (FVPP), Raimundo Apoliano (Fórum BR-163), Rosana Costa (IPAM), Rosely Sanchez (ISA), Venilson Taveira (Fetagri BAM), Vicente Ruhl (FORMAD)

Instituições de apoio a coordenação:

EMBRAPA/CPATU, Museu Paraense Emilio Goeldi, Fórum da Amazônia Oriental, FASE- Para/Amazonia, GTNA, Associação Floresta Protegida, UNEMAT, ATIX, WWF-Brasil, GTA-Proteger, AOMTBAM

Assessoria de Imprensa:

Ligia Apel (IARA), Josana Abucarma (ICV), Milena do Vale (IPAM), Cristiane Fontes (ISA)

Adaptação e Organização do Relatório:

Ane Alencar (IPAM)

“Agradecimentos especiais a todos e a todas que ajudaram a construir esta parte da história dos movimentos sociais da Amazônia”

APRESENTAÇÃO

O presente relatório refere-se ao encontro “**O Desenvolvimento que Queremos: Ordenamento Territorial da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu**”, realizado no período de 29 a 31 de março de 2004, na cidade de Santarém no Estado do Pará, no Amazon Park Hotel. Esse evento foi organizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Centro Vida (ICV), Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAM), Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, Baixo Amazonas (FETAGRI-BAM), Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 e Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

O evento faz parte de uma série de encontros regionais realizados no final de 2003 que reuniu cerca de 2000 pessoas representantes dos movimentos sociais de todos os municípios da região, representantes de ONG's ambientalistas e de pesquisa, órgãos do governo federal, estadual e municipal (**Conferência Popular** em Altamira – 24 de outubro de 2003 organizado pela FVPP e Fetagri-PA; **Seminário BR-163 Sustentável** em Sinop – 18 a 20 de novembro de 2003 realizado pelo ISA, ICV, Unemat, ATIX, Formad, GTA, IPAM, CI, TNC e WWF; **Encontro em Defesa da Sustentabilidade do Baixo Amazonas e BR-163** em Santarém – 5 a 7 de dezembro de 2003 realizado pelo IPAM, CEFTBAM, FAOR, STR-Santarém, FETAGRI-BAM e Fórum da Produção familiar do Baixo Amazonas; e **Seminário Os Desafios para Ordenar o Território da BR-163** em Itaituba – 10 a 12 de dezembro de 2003 pelo IPAM, FVPP, FETAGRI-BAM, CEFTBAM, Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 e Prelazia do Xingu), fazendo parte de uma estratégia de consulta, discussão e construção de uma proposta de desenvolvimento regional pelos movimentos sociais, ambientalistas e indígenas da região da Br-163, Transamazônica e Xingu.

O encontro de Santarém teve como meta amadurecer as análises sobre o ordenamento territorial da região frente ao asfaltamento da BR-163 e fortalecer as organizações sociais de base, que geralmente são excluídas do processo, na consolidação de uma proposta que vise um desenvolvimento para todos, principalmente para os setores produtivos menos favorecidos economicamente que ocupam o eixo da

BR-163 e suas áreas de influência. Mais especificamente o objetivo desse encontro foi consolidar em um único documento as propostas de desenvolvimento para a região do Baixo-Amazonas, Transamazônica, Br-163 eixo paraense e Mato Grosso.

A dinâmica do Encontro envolveu duas etapas. A primeira, que ocupou o primeiro e o segundo dias, teve como principal objetivo a consolidação e sistematização das propostas de planejamento dos 4 encontros regionais sob a forma de cinco grupos de trabalho divididos nos seguintes eixos temáticos: 1. **Infra-estrutura e serviços básicos rurais e urbanos**; 2. **Ordenamento fundiário e combate à violência no campo**; 3. **Estratégias produtivas e manejo dos recursos naturais**; 4. **Fortalecimento social e cultural das populações locais**; e 5. **Gestão ambiental, monitoramento e áreas protegidas**. A segunda etapa contou com a apresentação da Carta de Santarém que foi entregue, na ocasião, aos Ministros Marina Silva do Meio Ambiente e Ciro Gomes da Integração Nacional e aos outros representantes do governo federal presentes no evento.

A **Carta de Santarém** oferece elementos para a implantação de um modelo desenvolvimento que respeite as comunidades locais, fortaleça a organização popular e reduza os impactos ambientais decorrentes de grandes obras na região, para que os benefícios gerados por este investimento possam realmente estar ao alcance da maioria da população regional, principalmente para os setores produtivos menos favorecidos economicamente que ocupam o eixo dessa rodovia.



Mesa de encerramento com a presença dos Ministros Marina Silva (MMA) e Ciro Gomes (MIN)

HISTÓRICO DO EVENTO

O desafio de transformar o asfaltamento da BR-163 em um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável para as populações que dependem das riquezas naturais da região para sobreviver, levou os movimentos sociais, populações indígenas, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa a iniciarem um processo de construção de um plano de desenvolvimento sustentável para a BR-163 e área de influência.

A preocupação com as conseqüências da pavimentação de uma grande rodovia como a BR-163 tem sido motivo de discussões pontuais nos estados do Pará e Mato Grosso. Mesmo reconhecendo os benefícios que o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém trarão aos municípios, a realização dessa obra não pode prescindir de uma ação dos governos, no sentido de assegurar que o ordenamento regional contemple os interesses das populações locais e a conservação dos recursos naturais, sobretudo, da qualidade da água.

Um dos principais problemas que já vem sendo vivenciado na região da BR-163 é a expropriação indevida dos recursos naturais aliadas ao fluxo migratório, aos conflitos no campo e a falta de perspectiva econômica para as populações locais. Esse fato levou a sociedade civil do oeste paraense a discutir um novo modelo de desenvolvimento para a região, tendo como pano de fundo a pavimentação dessa rodovia. É preciso que sejam tomadas medidas que garantam a ocupação ordenada dessa região. A pavimentação da BR-163 provavelmente irá acelerar os desmatamentos e, indiretamente, tencionará as áreas adjacentes que se conectarão ao eixo dessa rodovia.

Neste sentido, as discussões sobre o impacto de BR-163 e sua importância para o desenvolvimento da região oeste do Pará começaram em várias frentes e sob várias perspectivas.

Em março de 2001 pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) iniciaram um trabalho de levantamento na região sobre os problemas, demandas e soluções para o asfaltamento da BR-163 nos municípios cortados pela estrada no sudoeste paraense. Este diagnóstico, acompanhado de mapeamento municipal

participativo, visava a construção de cenários de uso da terra para a estrada a partir do asfaltamento, para subsidiar uma discussão futura sobre planejamento regional. Essas reuniões se estenderam até setembro de 2001 e foram realizadas nas sedes dos 7 municípios cortados pela rodovia (Santarém, Belterra, Placas, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Novo Progresso) e 2 importantes cidades da região (Moraes de Almeida e Novo Progresso). Esses encontros reuniram agricultores familiares, madeireiros, comerciantes, pecuaristas, representantes dos governos municipais e de órgãos governamentais como Emater, Incra, Ibama e Sagri.

Anteriormente e paralelamente a este processo, a Fundação Viver Produzir e Preservar construía sua estratégia de desenvolvimento regional, registrada como projeto Cutia, que tinha como objetivo consolidar um modelo de desenvolvimento que considere a dimensão humana, social, cultural, econômica, ambiental e ética da região, e que já contestava o modelo de implantação de infra-estrutura na Transamazônica em relação a construção da hidrelétrica de Belo Monte e o modelo de pavimentação da BR-230. Esse planejamento começou no início da década de 90 e contou com a ampla participação dos produtores familiares dos municípios da Transamazônica (Novo Repartimento, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Porto de Moz, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruara, e Placas).

Também paralelamente a construção do plano de desenvolvimento para a Transamazônica e do diagnóstico para subsidiar a construção de cenários de desenvolvimento para os municípios cortados pela BR-163, os municípios do Baixo-Amazonas discutiam um plano de desenvolvimento para a região denominado Projeto Tucumã, liderado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Baixo Amazonas (CEFT-BAM). Este projeto tinha como meta estruturar e articular um modelo de Desenvolvimento Sustentável para a Região do Baixo Amazonas, com base familiar, centrado em recursos naturais amazônicos, em harmonia ambiental, equidade de gênero e etnia, contemplando o meio rural e o urbano.

Em 2002 estes processos foram convergindo e, através de várias reuniões e visitas de intercâmbio, foi criado o Fórum dos Movimentos Sociais da Br-163 em uma reunião na localidade do Km 30 (cruzamento da BR-163 com a Transamazônica) realizado em maio de 2003. O Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 foi constituído inicialmente por 4

organizações da sociedade civil (IPAM, FVPP, Fetagri-Bam, Prelazia de Itaituba). Nesta reunião foi criada uma agenda de eventos regionais no Pará que discutiriam regionalmente os rumos do desenvolvimento para a região. Nesta oportunidade também foram criados três pólos de influência da Br-163 no Estado, sendo: o Pólo Transamazônica, o Pólo Br-163 eixo Paraense e o Pólo Baixo Amazonas (ANEXO I). Esses pólos com sede em Altamira, Itaituba e Santarém, respectivamente, serviram como base para os encontros regionais que ocorreram no final de 2003.

A preocupação e a oportunidade de trazer o debate para o âmbito dos impactos socioeconômicos e ambientais diretos e indiretos da pavimentação da BR-163 e de contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento regional ganhou espaço dentro de organizações não-governamentais que atuam no Mato Grosso. Entre elas, o Instituto Socioambiental- ISA, que desenvolve projetos na região do Parque Indígena do Xingu e seu entorno há dez anos, e que tem como foco a conservação das cabeceiras do rio Xingu; o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Formad, por entender que esta questão ultrapassa e muito o simples asfaltamento da rodovia; e do Instituto Centro e Vida – ICV, que tem foco nas ações de prevenção de incêndios e combate ao fogo, na região de Garantã e Alta Floresta. Estas instituições se mobilizaram e articularam encontros regionais com representantes da sociedade civil (produtores rurais, representantes sindicais, professores da rede pública de ensino e das universidades, ONGs e outros profissionais), para a organização de propostas voltadas à gestão das áreas ao longo da rodovia BR-163 nesse Estado e das nascentes do rio Xingu e Araguaia. Esta mobilização foi apoiada com ativa participação dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Querência, Água Boa, Lucas do Rio Verde, da Associação dos parceiros do PA Jaraguá e da ONG Grupo Agroflorestal de Preservação Ambiental (sediada em Cláudia).

No mesmo período em que as instituições do Mato Grosso começaram a discussão sobre os impactos da pavimentação da BR-163, foi montada uma agenda em comum com os processos de planejamento regional em andamento no lado paraense. Essa agenda contemplava os 4 encontros regionais que aconteceram no final de 2003 e este grande encontro de consolidação das propostas que aconteceu em Santarém no final de março do corrente ano (ANEXO II).

RESULTADOS

Os resultados deste encontro foram compilados na Carta de Santarém (ANEXO III) entregue aos ministros Ciro Gomes, de Integração Nacional e Marina Silva, do Meio Ambiente, bem como os representantes do Ministério dos Transportes, Secretário de Gestão Sérgio Oliveira Passos e Engenheiro e Assessor desta secretaria, senhor José Maria Cunha.

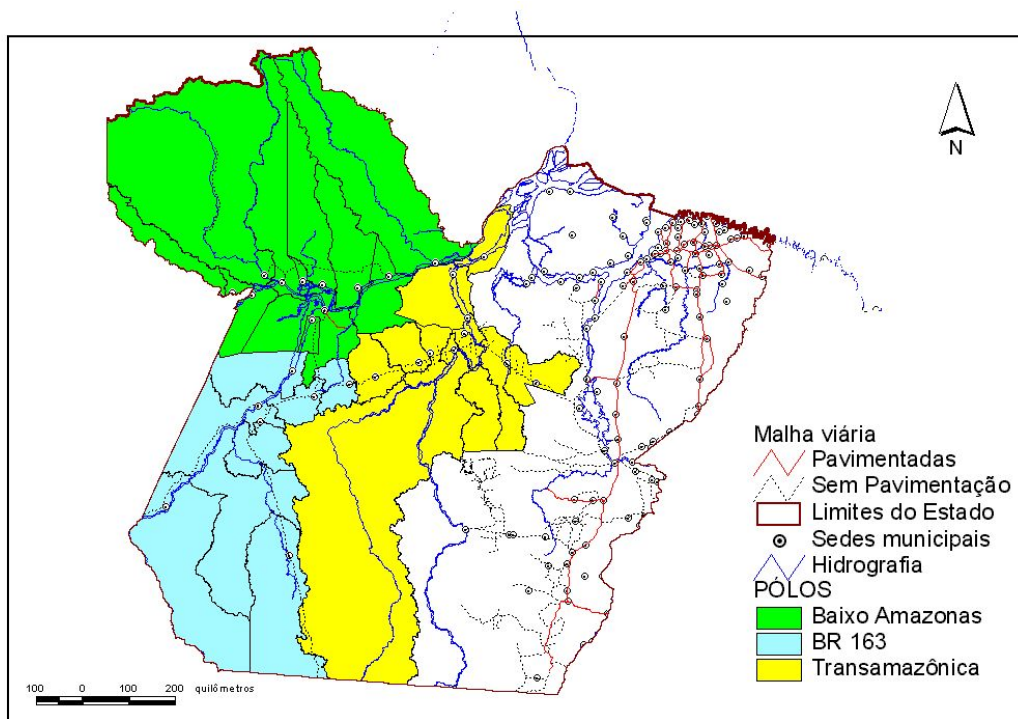
O encontro mostrou a capacidade de organização, mobilização e sistematização das propostas dos movimentos sociais da região da BR-163, passando de uma pauta de reivindicação para uma pauta de proposição contendo ações concretas, viáveis e vitais para a sustentabilidade da BR-163 e área de influência, a partir de um modo absolutamente novo e democrático de construção de uma proposta de planejamento regional participativo.

Para o Ministro Ciro Gomes da Integração Nacional este encontro comprova que a "inteligência coletiva" conduz a construção de Planos onde nenhuma área social, ambiental, política e econômica seja esquecida. Iniciativas como essa, segundo o Ministro, mostram que estamos aptos a "formar e unir um consórcio social e ambiental com um consórcio dos empreendedores. Se trabalharmos juntos, não nos desmobilizarmos, construiremos um modelo de um país para o futuro".

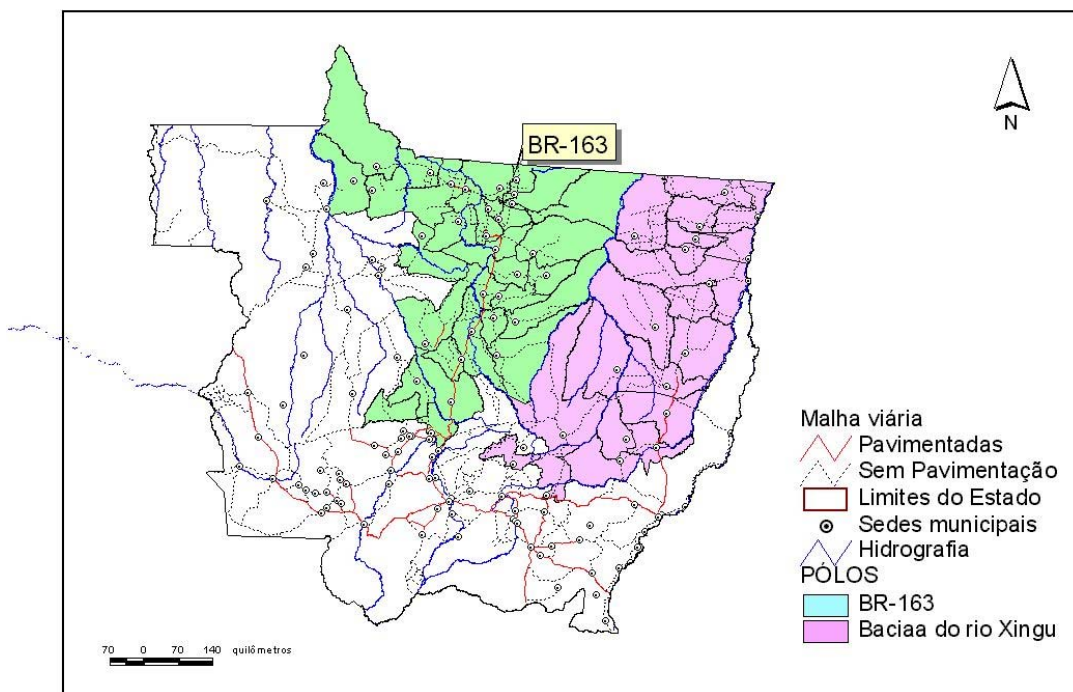
Para a Ministra Marina Silva do Meio Ambiente, essa obra - a BR-163 - não pode vir a ser ou deixar mais uma mazela social, ambiental ou econômica. Precisamos ter o compromisso de conversar, de dialogar, justamente pelas concepções estratégicas diferenciadas que possuímos. "Temos que ter a clareza, a consciência de que nossos projetos e propostas têm que ser maiores que nossas divergências e diferenças". Com relação 'as propostas apresentadas, a Ministra disse que "poderão ser viabilizadas desde que permaneçamos juntos e trabalhemos conjuntamente".

Os resultados dos grupos de trabalho, que geraram planilhas detalhadas com ações de gerais e específicas de desenvolvimento regional, foram sistematizadas e tiveram suas ações prioritárias selecionadas por eixo temático (ANEXO IV). Essas ações serviram como instrumento da primeira negociação com o governo federal que aconteceu em uma Oficina de trabalho realizada em Brasília nos dias 27 a 29 de abril de 2004.

ANEXO I: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO



Mapa de localização dos Pólos de desenvolvimento no Estado do Pará



Mapa de localização dos Pólos de desenvolvimento no Estado do Mato Grosso

ANEXO II: PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Dia 29-03-2004 (Segunda-feira)

8:00h - **Credenciamento e entrega do material do evento**

9:00h – **Abertura**

- Apresentação dos participantes por região e instituição
- Composição da mesa com apresentação das instituições promotoras (CEFTBAM, FVPP, IPAM, ISA, Forum dos Movimentos Sociais da BR-163, Formad, GTA, FETAGRI Baixo Amazonas, Xingu e Itaituba, UNEMAT, ATIX)
- Introdução sobre o evento
- Apresentação da programação e encaminhamentos logísticos
- Exposição da dinâmica dos grupos de trabalho

9:30h - **Divisão dos grupos de trabalho por eixos temáticos**

- 1) Infra-estrutura e serviços básicos rurais e urbanos
- 2) Ordenamento fundiário e combate à violência no campo
- 3) Estratégias produtivas e manejo dos recursos naturais
- 4) Fortalecimento social e cultural das populações locais
- 5) Gestão ambiental, monitoramento e áreas protegidas

9:40h – **Dinâmica dos Grupos de Trabalho**

- Apresentação das propostas resultado dos encontros regionais
- Fusão das propostas comuns desses encontros regionais
- Identificação das especificidades e propostas conflitantes

14:00 – 18:00h - **Continuação dos Grupos de Trabalho**

Dia 30-03-2004 (Terça feira)

8:30 – 12:30h - **Continuação dos Grupos de Trabalho**

14:00 – 18:00 - **Plenária de apresentação e consolidação das propostas dos Grupos de Trabalho**

Dia 31-03-2004 (Quarta Feira)

8:00 h - **Exposição:** Histórico do processo de construção do Plano de Desenvolvimento que Queremos para a Br 163 e área de influencia.

8:30h – **Exposição:** Propostas Governamentais de desenvolvimento para a BR-163 e áreas de influencia

- Johanes Eck - Coordenador do GT Interministerial da Br 163/ Casa Civil
- Maria do Carmo Martins - Diretora da Agencia de Desenvolvimento
- João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Floresta/ MMA

10:30 h - **Debate com a plenária**

14:00 - **Apresentação da Carta de Santarém e depoimento de representantes dos Movimentos Sociais da BR-163**

15:30 - **Posicionamento das autoridades em relação a Carta de Santarém**

- Representantes de instituições do Governo Federal e Ministros do Meio Ambiente e Integração Nacional

17:30 – Encerramento

ANEXO III: CARTA DE SANTARÉM



PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA BR-163

CARTA DE SANTARÉM – 29 A 31 DE MARÇO DE 2004

Esta Carta apresenta o resultado de debates e propostas do **Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável da Região de Influência da BR-163**, que abrange 84 municípios dos Estados do Pará e do Mato Grosso e envolve aproximadamente 2 milhões de habitantes.

A BR-163 atravessa uma das regiões mais importantes da Amazônia do ponto de vista da diversidade social, biológica e das potencialidades econômicas dos recursos naturais. Nela estão representados os biomas de cerrado, floresta amazônica e uma zona de transição, no norte do Estado do Mato Grosso. Compreende quatro bacias hidrográficas (rios Teles Pires, Tapajós, Xingu e Araguaia) ricas em recursos naturais dos quais dependem populações tradicionais, agricultores familiares e mais de 30 etnias indígenas. Essas populações geram uma economia regional significativa baseada em diversos usos e manejos dos recursos naturais, que ocupam mão-de-obra e movimentam capital não contabilizado monetariamente nas contas nacionais. A precariedade e secundarização de dados estatísticos sobre a representatividade desta economia têm favorecido o discurso redentorista dos grandes empreendimentos econômicos, como os únicos capazes de dinamizar e alavancar o desenvolvimento dessa região.

Reconhecemos a importância e reivindicamos o asfaltamento da BR-163 e demais rodovias federais e estaduais. No entanto, não se pode ignorar que os métodos convencionais de construção de grandes empreendimentos de infra-estrutura no Brasil têm causado grandes impactos destrutivos das economias locais. Grande parte desses impactos já está em pleno curso, com a intensificação da grilagem de grandes áreas de terras públicas, da violência e da conversão acelerada de florestas e cerrados em monocultivos que empobrecem as oportunidades econômicas da região. Essas dinâmicas ocorrem de forma articulada nos dois Estados.

A ação na BR-163 exige a integração dos governos (federal, estadual e municipal) e sociedade, que assegure o ordenamento territorial e garanta o devido lugar de destaque e importância para os segmentos sociais e produtivos que fazem o uso diversificado da base de recursos naturais dessa região.

A gravidade dos problemas estruturais, já existentes, associada ao projeto de asfaltamento da BR-163 numa perspectiva reducionista, como mero corredor de transporte para *commodities* agrícolas, motivou uma ampla mobilização de organizações representativas do movimento social (indígenas, produtores familiares, extrativistas, entre outros), de ONG, de órgãos governamentais e de instituições de pesquisa, em quatro pólos regionais, nos Estados do Pará e Mato Grosso.

A mobilização inter-regional possibilitou, em 2003, a realização de quatro seminários, reunindo mais de mil lideranças. Nesses encontros deve ser destacada a elevada capacidade das organizações e de seus representantes em formular diagnósticos atuais, com profundo conhecimento dos problemas existentes, disposição propositiva e visão abrangente de políticas públicas.

Esse processo participativo produziu diagnósticos e propostas para o estabelecimento das diretrizes do **PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA BR-163**. Os debates de quatro seminários (Sinop-MT, Santarém-PA, Itaituba-PA e Altamira-PA) foram sintetizados no presente Encontro consensualizando a CARTA DE SANTARÉM, priorizando as seguintes linhas de Desenvolvimento:

1- Infra-Estrutura e Serviços Básicos

O asfaltamento da BR-163 deve ser acompanhado do asfaltamento da Transamazônica, de rodovias estaduais e da abertura e manutenção de estradas vicinais. Propõe-se um sistema viário que integre a construção de rodovias com terminais fluviais, rodoviários e rodofluviais projetados prioritariamente para o fortalecimento da economia regional.

Os investimentos em infra-estrutura devem abranger, de forma integrada, o abastecimento e a distribuição de água tratada, a eletrificação rural (convencional e/ou alternativa) e o saneamento em todos os núcleos urbanos e rurais das regiões incluídas neste Plano. Deve-se incluir também, a expansão dos serviços de correios, bancários e previdência social, bem como expandir o financiamento de casas populares rurais.

Na educação é necessário construir e equipar instituições apropriadas para os ensinos fundamental e médio (Casas Familiares Rurais), além de fortalecer instituições de pesquisa e ensino para darem suporte ao conhecimento científico e tecnológico para fortalecer a economia local. O esporte, lazer e a comunicação comunitária também devem receber investimentos.

Para a segurança pública é preciso instrumentalizar as delegacias municipais para desempenharem com mais eficiência as atividades de combate a violência.

Na saúde deve-se implementar programa de saúde preventiva para famílias rurais e urbanas, e uma rede de atendimento a saúde pública devidamente equipada e adequada as demandas da região. A implantação de laboratórios de pesquisa e manipulação de produtos medicinais regionais, considerando o resgate do conhecimento popular tradicional, deve receber investimentos.

2 – Ordenamento Fundiário e Combate à Violência

O ordenamento fundiário e o combate a violência devem ser ações prioritárias para iniciar o processo de governabilidade e o Estado de Direito na região. Este processo deve ter a participação efetiva da sociedade civil organizada e considerar as propostas existentes no *Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável da Região de Influência da BR-163*. Esta mesma definição estratégica deve estar presente na composição da força tarefa proposta, entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Polícia Civil e Polícia Federal entre outros, objetivando dar condições à ação imediata dos órgãos públicos de execução e fiscalização, a segurança pública da região e ao combate a violência no meio rural.

Garantir as atuais áreas ocupadas por produtores familiares, quilombolas, populações tradicionais e indígenas na região.

Construir e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico através de metodologias participativas, com a inclusão de variáveis sociais e ambientais.

Regularizar e consolidar as áreas protegidas, tais como PDS Anapu, as Reservas Extrativistas Verde para Sempre, Renascer, Bacajá, Riozinho do Anfrísio e o Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, entre outras.

Incorporar às Terras Indígenas parcelas importantes de territórios tradicionais de algumas etnias, que não foram contempladas nos processos demarcatórios, bem como, promover a fiscalização e vigilância dos seus limites, controlar as atividades agropecuárias e extrativistas no seu entorno e proceder as demarcações e homologações pendentes.

3 – Estratégias Produtivas e Manejo dos Recursos Naturais

É fundamental manter e potencializar a diversificação dos sistemas produtivos locais, agregando valor à produção, com base em arranjos produtivos que utilizem a biodiversidade e os recursos florestais e pesqueiros ; e implementar políticas integradas de financiamento, legislação diferenciada e assistência técnica, privilegiando a inserção de pequenos e médios empreendimentos geradores de empregos locais duráveis.

Deve-se incentivar o manejo florestal com legislação diferenciada para a escala da produção familiar bem como estabelecer linhas de microcrédito solidário como por exemplo a criação de novos pólos do PROAMBIENTE e a incorporação de áreas alteradas/degradadas ao processo produtivo.

4 – Fortalecimentos Social e Cultural das Populações Locais

É imprescindível dotar as populações da região de condições indispensáveis ao usufruto da cidadania com garantias institucionais de funcionamento de um Estado de Direito, como condição fundamental para o desenvolvimento ordenado da região.

A garantia dos direitos humanos exige a imediata criação de uma força-tarefa para investigar e punir os casos de violências cometidas por grupos de extermínio, latifundiários, traficantes, agentes de segurança do Pará (Terra do Meio – Altamira, Itaituba, Santarém, Novo Progresso, Almerim, Óbidos e Anapu) e Mato Grosso (Lucas do Rio Verde, São Félix do Araguaia e Querência) e a instalação de delegacias regionais da Polícia Federal.

É necessário democratizar os meios de comunicação, por meio de programas de estímulo a criação e a legalização de TVs e rádios comunitárias, adequadas à realidade amazônica. É fundamental adequar os processos educativos, de formação e capacitação para agricultores familiares e populações indígenas, principalmente no que se refere a criação e fortalecimento de cursos acadêmicos em nível médio e superior para profissionalizar técnicos. Fortalecer modelos diferenciados de formação para povos indígenas.

Destinar recursos financeiros e prestar assessoria técnica à implementação do Estatuto das Cidades e à elaboração dos Planos Diretores Urbanos dos municípios abrangidos neste Plano.

5 - Gestão Ambiental, Monitoramento e Áreas Protegidas

Garantir a proteção das unidades de conservação, terras indígenas e manter corredores ecológicos entre as diferentes áreas. Para isso é preciso desenvolver e incorporar no processo de licenciamento ambiental a localização das áreas de reserva legal contíguas às unidades de conservação, terras indígenas e áreas de preservação permanente, para que garantam conectividades ecológicas.

Deve ser incentivada a criação de novas áreas protegidas, contemplando as diferentes formações florestais, bem como implantar, urgentemente, os mosaicos de unidades de conservação da TERRA DO MEIO, VERDE PARA SEMPRE e RENASCER. É necessário também, implementar as unidades de conservação já instituídas, como a Estação Ecológica do Rio Ronuro, a Reserva Ecológica do Culuene, Parque Estadual do Cristalino e Parque Nacional da Amazônia, utilizando divisas naturais e criando bases administrativas locais.

Compensar o passivo ambiental dos assentamentos de reforma agrária e propriedades privadas onde não há reserva legal, conforme previsto no Código Florestal, com a criação de novas unidades de conservação.

A criação de uma faixa de proteção de 10 km no entorno das terras indígenas, pode ser uma solução para o ordenamento do processo de ocupação e o controle das atividades econômicas, de forma a minimizar seus impactos negativos sobre as terras e populações indígenas.

É necessário capacitar os órgãos governamentais para implementar a gestão participativa de políticas ambientais, bem como criar delegacias especiais de meio ambiente.

Tendo em vista, o esforço de debate e elaboração das propostas que constituem o **Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável da Região de Influência da BR-163**, as organizações que assinam esta CARTA, propõem:

- a) Que a abrangência territorial de impacto da construção da BR-163, considere como regiões de influência o Norte do Mato Grosso e Oeste do Pará, incluindo as bacias do Xingu, Araguaia, Teles Pires e Tapajós;
- b) Que as ações propostas neste Plano sejam incorporadas pelo planejamento governamental ;
- c) Que o Grupo de Trabalho Interministerial da BR-163 seja instituído como um espaço permanente de debate e de negociação envolvendo representantes dos movimentos sociais, ONGs e instituições de pesquisa para debater os programas, as políticas e os projetos para a região.

Santarém 31 de março de 2004

Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163

Centro de Estudos, Pesquisa e Formação de Trabalhadores do Baixo Amazonas – CEFTBAM

Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP

Grupo de Trabalho Amazonico – GTA

Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Instituto Socioambiental – ISA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI

Instituto Centro e Vida – ICV

Associação Terra Indígena Xingu – ATIX

Museu Paraense Emilio Goeldi- MPEG

Forum da Amazônia Oriental- FAOR

Federação de Órgãos para a Assistência Educacional e Social – FASE Amazônia

Universidade Estadual do Mato Grosso- UNEMAT

Universidade Federal do Pará/ Campus de Altamira- UFPa

Grupo Nova Proposta para a Agroecologia- GTNA

Associação Floresta Protegida- AFP

Grupo de Defesa da Amazônia- GDA

Embrapa Amazônia Oriental

Central Unica dos Trabalhadores

ANEXO IV – AÇÕES PRIORITÁRIAS POR EIXO TEMÁTICO

I. Ações Prioritárias de Infra-Estrutura e Serviços Básicos

1. INFRA-ESTRUTURA DE ESTRADAS E TRANSPORTE

- Realizar a recuperação das rodovias Br-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) de maneira a garantir a trafegabilidade até seu completo asfaltamento;
- Construir pontes de concretos como base para a implantação do asfaltamento destas rodovias;
- Asfaltar o completo das rodovias Br-163 (Cuiabá-Santarém), BR-230 (Transamazônica) e Br-158 mediante a aprovação do EIA/RIMA;
- Abrir, recuperar e manter as estradas vicinais ao logo das rodovias BR 163 e BR 230;
- Consolidar um Fundo de desenvolvimento para abertura e manutenção das estradas vicinais, constituído com recursos das Prefeituras, Governo Estadual, Governo Federal e Iniciativa Privada;
- Construção de terminais fluviais, rodoviários e rodofluviais nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Construir e/ou reestruturar portos hidroviários de cargas e passageiros de médio porte em Itaituba e Santarém e de pequeno porte em Aveiro, Fordlandia, Jacareacanga, e sedes municipais do Baixo Amazonas.

2. ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA

- Concluir um diagnóstico sobre a demanda da região da BR-163 e Transamazônica em relação a eletrificação;
- Rebaixamento da energia de alta tensão nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Viabilizar o sistema alternativo (cooperativas, consórcios) para implantação dos sistemas de eletrificação rural tornando disponível linhas de crédito para apoio das iniciativas de eletrificação já iniciadas;
- Universalização da energia ao longo das rodovias, e em todas as vicinais e PAS da região;
- Implementar articuladamente (estados, união e municípios) os programas de eletrificação rural, priorizando a agricultura familiar e as populações tradicionais Programa Luz para Todos.

3. EDUCAÇÃO

- Estruturar e manter as Casas Familiares Rurais (CFR) existentes através da federalização das mesmas via MEC, FAT e outros, e implantar novas CFRs de ensino médio nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Expandir o sistema de alfabetização de jovens e adultos nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Criar um campus universitário regional conjugado entre UFPa e UFRA em Itaituba para servir os municípios do sudoeste do Pará;

- Ampliar o número de cursos nas instituições de ensino superior federal, incluindo os de licenciatura em agronomia, engenharia agrônoma e florestal, enfermagem e bioquímica nas universidades existente na região;
- Criar uma escola de ensino superior regional em Santarém direcionada para o desenvolvimento da agricultura familiar;
- Instalar escolas agrotécnicas nos pólos da Br-163 e Transamazônica.

4. SAÚDE

- Consolidar um sistema de saúde no campo para os pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Implantar postos de saúde nos assentamentos mediante levantamento prévio das necessidades e condições destes postos existentes nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Disponibilizar kit sanitários da FUNASA para os pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Criar postos móveis para atender as comunidades ribeirinhas do Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu;
- Fazer um levantamento sobre a necessidade de equipar os hospitais municipais existentes com equipamentos e médicos especialistas em áreas específicas para melhorar o atendimento local com número de leitos que responda a demanda municipal;
- Implantar hospital público regional em Santarém e Itaituba para atendimentos especializados, com estrutura de centro cirúrgico, UTI, incubadora neonatal, para exames de ultrassom, mamografia, etc;
- Construir e implantar hospitais públicos para atendimentos básicos e primeiros socorros de abrangência municipal nos pólos da BR-163 e Transamazônica.
- Onde não houver, implantar um programa odontológico de atendimento itinerante nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Criar o programa saúde da família rural nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Onde não houver, construir e implantar, nos pólos da BR-163 e Transamazônica, laboratórios de pesquisa e manipulação de produtos naturais regionais, considerando o resgate do conhecimento popular tradicional e que os programas de saúde pública regional incorporem os medicamentos resultantes de produtos naturais que tiveram sua eficiência comprovada cientificamente.

5. SANEAMENTO BÁSICO

- Estruturar e consolidar uma política de saneamento básico nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Instalar e ampliar a rede de distribuição e abastecimento de água em todos os municípios dos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Implantar sistemas de esgotos nos municípios dos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Implementar programas de sensibilização e educação sobre a coleta, depósito e transformação do lixo: a) em adubo orgânico, envolvendo atividades nas escolas rurais e urbanas objetivando a produção e hortas e jardinagem; b) reciclagem de materiais para produção de artesanatos em aulas de artes plástica; c) formar organizações de coleta seletiva com apoio da iniciativa privada.

6. INFRA-ESTRUTURA PARA A GESTÃO PÚBLICA URBANA E RURAL

- Investir na criação e reestruturação dos escritórios do INCRA, IBAMA, SECTAM;
- Instalar postos do INSS nos pólos BR-163 e Transamazônica;
- Implantar o Previ-Móvel nos pólos BR-163 e Transamazônica;
- Expandir e Reestruturar da rede bancária estadual, federal e privada;

- Expandir o serviço dos correios para as regiões não atendidas dos pólos BR-163 e Transamazônica;
- Implantar um centro de eventos com espaço cultural por município nos pólos da BR-163 e Transamazônica;
- Criar e implantar um programa de financiamento de casas populares rurais para os pólos BR-163 e Transamazônica;
- Elaborar e aprovar o plano diretor em todos os municípios dos pólos da BR-163 e Transamazônica.

7. SEGURANÇA PÚBLICA

- Implantar um programa reservado e especializado de avaliação do desempenho e da ética profissional dos policiais, coordenado pelo Ministério Público federal e estadual
- Construir e implantar Delegacia da Polícia Federal.
- Criar e implantar IML regionais nos pólos da BR-163 e Transamazônica.
- Construção e implantação de delegacias específicas (mulher, infância e adolescência) nos pólos da BR-163 e Transamazônica.
- Criar e qualificar o trabalho da defensoria pública regional atendendo a todos os municípios de cada pólo
- Estabelecer a Força Tarefa Interministerial com ação permanente na região de Novo Progresso.

8. INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO

- Expandir o sistema de telefonia individual e comunitária paralelamente ao sistema de eletrificação rural nos pólos da BR-163 e Transamazônica.
- Implantar sistemas de telefonia comunitária com fontes de energia alternativa em comunidades tradicionais nos pólos da BR-163 e Transamazônica.
- Desburocratizar e incentivar com apoio financeiro facilitado a implantação do sistema de rádios comunitárias nos pólos da BR-163 e Transamazônica.
- Garantir a existência de infra-estrutura mínima para a comunicabilidade por sistema de telefone e rádio para as comunidades nos pólos da BR-163 e Transamazônica

II. Ações Prioritárias de Ordenamento Fundiário e Combate a Violência no Campo

1. ZONEAMENTO ECONOMICO-ECOLOGICO (ZEE)

- Realizar o reordenamento fundiário da área de influencia da Br 163 com a inclusão das propostas pautadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável construído pelas organizações sociais da região de influencia da rodovia Br 163 do eixo Para e Mato Grosso;
- Construir o ZEE da região de influência da rodovia Br-163 eixo Para, com a participação efetiva da sociedade civil organizada e com a inclusão de variáveis sociais e ambientais relevantes para garantir melhor qualidade de vida as populações locais;
- Divulgar e debater o resultados do ZEE do Mato Grosso, por meio de seminários e audiências públicas, visando o dialogo com a sociedade civil organizada da área de influencia da Br 163;
- Criar corredores ecológicos interligando áreas protegidas no eixo da Br-163 do Mato Grosso e Para, garantindo a conectividade entre as áreas protegidas do médio Xingu, terra do Meio e Tapajós; entre Flonas de Itaituba e parque Nacional; entre Flona Tapajós, Resex Tapajós, Arapiuns e Pau Rosa (Almerin, Prainha a Monte Alegre, Alenquer a Oriximina e com o entorno da Flona de Saracataquera);
- Implementar a proposta de Zoneamento Agroecológico da FETAGRI/PA;
- Estabelecer os novos assentamentos de reforma agrária próximos a rodovias, rios e centros consumidores;
- Incorporar o conceito de bacia hidrográfica no planejamento da ocupação do território;
- Submeter à consulta popular a implantação de projetos de assentamentos e de áreas protegidas para garantir a viabilização e validação socioeconômica e ambiental a população local;
- Realizar audiências públicas para definir as léguas patrimoniais e definir plano diretor.

2. POLÍTICA FUNDIÁRIA PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR

- Regularizar e consolidar as áreas ocupadas pela produção familiar. Até 2006, 70% das áreas ocupadas por produtores familiares devem estar regularizadas;
- Criar novos assentamentos bem como devem ser recuperados os existentes, para viabilizar a continuidade das famílias na área rural;
- Regularizar e consolidar as áreas ocupadas pela produção familiar . Como por exemplo: Consolidar os PAs e entregar os títulos definitivos das áreas de colonização;
- Instalar uma força tarefa definitiva de recadastramento fundiário, para mapear as famílias e recadastrar as propriedades rurais;
- Cancelar os processos de titulação acima de 100 Ha (tal como e apresentado no documento da FETAGRI/PA);
- Implantar modelos de projetos de assentamentos coletivos em áreas com potencial florestal;
- Estipular e garantir emergencialmente faixas 50 km de terra dos dois lados da rodovia Br 163 para a expansão e consolidação da produção familiar na região;
- Ampliar os limites das terras dos ribeirinhos para além de 3.500 m das margens dos rios.

3. GOVERNABILIDADE DAS AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS

- “Frear” a ocupação desordenada de áreas da União por grileiros, pecuaristas e sojeiros na região, de maneira a garantir a efetivação do reordenamento fundiário e a

integridade das populações de produtores familiares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas;

- Mapear e definir as jurisdições de cada órgão, através de audiências públicas;
- Realizar auditorias e investigação com coordenação externa e independente em órgãos governamentais como IBAMA, INCRA, FUNAI, ITERPA e SECTAM, e nos cartórios de imóveis;
- Implantar um processo urgente e contínuo de retomada das terras: a) dos lotes de projeto de assentamento vendidos ilegalmente, para imediatamente destinar a famílias cadastradas como candidatas a reforma agrária. b) das terras públicas/ devolutas e onde há trabalho escravo, credenciando-as a formação de novos projetos de assentamentos ou a Unidades de conservação conforme cada caso;
- O Ministério Público Federal deve monitorar o processo de reabilitação dos órgãos federais na região, afastando e punindo os funcionários públicos envolvidos em ilegalidades;
- Instalar uma Força Tarefa, composta por organismos institucionais dos governos estaduais e federal tais como MPF, MPE, PC, PF, IBAMA, INCRA, entre outros objetivando dar condições à ação imediata dos órgãos públicos de execução e fiscalização, na garantia da segurança pública da população na região, e ao combate à violência no meio rural;
- Criar mecanismos que acentuem a penalidade sobre a compra de terras de projeto de assentamentos;
- O governo deve resgatar e destinar imediatamente as terras devolutas na faixa dos 100km;
- Estruturar os órgãos de fiscalização e controle da região (IBAMA, DISEI/FUNAI, INCRA, CEPLAC e outros);
- Avaliar e definir de forma integrada as competências e áreas de atuação de cada órgão (IBAMA, INCRA, MPF, PF e ITERPA);
- Tornar público através de audiências e outros instrumentos as competências e jurisdições de cada órgão (IBAMA, INCRA, MPF, PF e ITERPA), com a presença do Ouvidor Agrário;
- Consolidar o pleno funcionamento da assessoria jurídica (MPF, MPE) para orientar e acompanhar os produtores e as organizações em relação às questões fundiárias;
- Solicitar ao INCRA a publicação das terras tituladas em nome da União no eixo da BR-163;
- Instituir mecanismos de participação da sociedade civil e controle social do processo de regularização fundiária.

4. ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

- Mapear todas as áreas protocoladas;
- Baixar decreto proibindo a liberação de protocolos para manejo florestal e concessões acima de 1000 hectares e vincular a liberação destes aos seguintes critérios: ter um parecer técnico da unidade competente e apresentar um plano de uso da área com prioridade ao manejo florestal. A continuidade de uso das terras protocoladas deve estar submetido a um processo de monitoramento com os seguintes critérios: cumprir as leis ambientais, estar aplicado o plano de uso da área e o plano de manejo florestal deve estar aprovado pelo IBAMA. No caso de sobreposição de áreas, garantir o uso de uma área de até 1000 hectares ao que estiver implementando projeto de manejo florestal aprovado pelo IBAMA e estar cumprindo a legislação ambiental;
- Estatizar os cartórios de imóveis da região e instalar escritórios do ITERPA e INTERMAT com gerência sobre as áreas estaduais nos territórios dos pólos;
- Realizar estudo da cadeia dominial nos municípios;
- Criar um GT-Projetos de assentamentos;
- Implementar novas modalidades de assentamentos (PAs, APAs e UCs);
- Implantar projetos de desenvolvimento sustentável (PDS) - implantar 4 projetos pilotos na Transamazônica;

- Criar projetos de assentamentos agroextrativistas;
- Formatar o projeto de assentamento florestal (PAFs), criando 3 PAFs na região da Transamazônica;
- Trabalhar programas de assentamentos coletivos, com titulação coletiva (tomando como exemplo as experiências de terras coletivas para ribeirinhos) para inibir a ação dos grileiros;
- Criar projeto de lei para limitar o tamanho das propriedades;
- Fazer cumprir a legislação florestal na região através da intensificação de vistorias do IBAMA. Como por exemplo na fazenda Roncador, visto que sua dimensão abrange três municípios.

5. CRIAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

- Criar e regularizar unidades de conservação e terras indígenas na região (Detalhes na planilha do eixo temático Gestão Ambiental, Monitoramento e Áreas Protegidas);
- Viabilizar e agilizar o processo demarcatório de terras indígenas e unidades de conservação no eixo da BR-163 e áreas de influencia;
- Criar áreas protegidas sob gestão municipal, através da requisição de terras públicas da União.

6. VIOLÊNCIA NO CAMPO E ESTADO DE DIREITO

- Criar uma unidade federativa contendo os órgãos governamentais de segurança pública e entidades da sociedade civil organizada para atuar no combate a violência no campo – tipo força tarefa contra a violência rural;
- Criar conselhos municipais de direitos humanos para monitorar a ação pública de combate a violência no campo;
- Solicitar ao relator nacional de direitos humanos da ONU um diagnóstico dos povos indígenas e da violência no estado do Mato Grosso E solicitar a publicação do diagnóstico sobre a violência no campo realizado no Para;
- Concluir os processos de violência (assassinatos, trabalho escravo, limitação de acesso livre nas comunidades), no campo;
- Investigar as empresas locais suspeitas de agirem na ilegalidade, executando uma ampla fiscalização através de operações especiais para averiguar o cumprimento das leis trabalhistas, respeito ao estatuto da criança e do adolescente, checagem de registros de carros roubados, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e assassinatos;
- Realizar fiscalização contínua para eliminar a construção de porteiros e instalação de correntes em vicinais que dão acesso a comunidades de pequenos produtores e a projetos de assentamento; priorizando o assentamento do Areia I e II situados nos municípios de Trairão e Itaituba;
- Pedir esclarecimentos ao Ministério Público Federal sobre as denúncias e os processos de grilagem e conflitos fundiários encaminhados a esta instituição pelas organizações da sociedade civil local;
- Implantar o plano de segurança Pública integrando MPF, MPE, PF, PM e PC, contemplando o contexto social regional.

III. Ações Prioritárias de Estratégias Produtivas e Manejo dos Recursos Naturais

1. INCENTIVO AOS SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO E MANEJO

- Implantar experiências piloto testando modelos de produção integrada e diversificada com base nos princípios do Proambiente de produção agroflorestal e de serviços ambientais;
- Expandir e consolidar modelos de produção integrado e diversificado para a produção familiar que sustente a proposta de desenvolvimento sustentável da região;
- Criar pólos do Proambiente no norte do Mato Grosso e na BR-163 eixo paraense;
- Desenvolver programas que incentivem a utilização de tecnologias agroecológicas;
- Aumentar o plantio de cacau nos sistemas agroflorestais;
- Melhorar o padrão genético de criações e plantios através de parcerias com instituições de pesquisa como a EMBRAPA;
- Desenvolver técnicas de melhoramento das pastagens com metas anuais regionalizadas e intensificar o Programa de controle das zoonoses no rebanho;
- Difundir e implementar as regras de controle de uso de agrotóxicos determinado em lei federal e estaduais, entre técnicos e produtores;
- Ordenar o manejo da biodiversidade (insetos, peixes ornamentais, etc) integrando a população local aos mercados;
- Estabelecer campos de produção de mudas e sementes para a produção local;
- Criar uma rede de coleta e conservação de sementes orgânicas organizadas nos municípios;
- Elaborar projetos específicos para a pesca em Unidades de Conservação.

2. EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

- Instalar micro-indústrias de processamento de produtos agropecuários;
- Estruturar a cadeia produtiva para produtos como as plantas ornamentais e medicinais;
- Melhorar a o funcionamento das agroindústrias existentes na região;
- Realizar e divulgar estudos da cadeia produtiva florestal, agrícola, agropecuária, pesqueira e mineral para subsidiar a implantação de projetos de desenvolvimento rural sustentável;
- Realizar estudos sobre a viabilidade de instalação de pólo moveleiro, industrialização do couro, produção de pescado para exportação, industrialização da fruticultura, produtos da floresta, aproveitamento de resíduos madeireiro para confecção de móveis artesanais.

3. PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DO FOGO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA

- Elaboração de um plano de desenvolvimento e conscientização para o combate de queimadas na Amazônia.
- Implantar acordos municipais e comunitários de manejo do fogo como política pública.
- Implantar brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais nas áreas protegidas.

4. MANEJO FLORESTAL

- Implantar o programa nacional de florestas na região com a criação de áreas de Uso Florestal Sustentável;

- Legalizar e certificar o setor madeireiro;
- Fomentar, através de programas governamentais e apoio da iniciativa privada, as parcerias entre SEBRAE, UNEMAT e outras universidades para projetos em alternativas econômicas, com base no reaproveitamento dos recursos naturais;
- Incentivar o uso de resíduos de madeira de serrarias para a geração de energia;
- Incentivar a instalação de pequenas serrarias, movelarias e indústrias artesanais nos municípios;
- Promover oficinas para reaproveitamento dos recursos naturais para artesanato;
- Criar cursos técnicos para aproveitamento e reutilização dos resíduos e fomentar novas tecnologias;
- Promover a formação de agentes indígenas em manejo florestal.

5. INCENTIVO AO TURISMO

- Criar unidades de visitação turística estruturadas;
- Criar e incentivar eventos públicos de caráter micro-regional, macro-regional e nacional para atrair turistas para região (exposições, conferências técnicas e políticas, feiras de produtos regionais);
- Estimular e promover a prática do turismo ecológico pela população local;
- Criar e implementar programas de marketing sobre o potencial turístico da região e difundi-los;
- Instalar postos de atendimento ao turista nas sedes municipais.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL (ATER), PESQUISA E CAPACITAÇÃO

- Reestruturar e adquirir escritórios e veículos para o serviço de ATER, através de parcerias entre as três esferas governamentais;
- Ampliar e capacitar o quadro técnico de ATER regional através de concursos públicos municipais, estaduais e federais;
- Inclusão no sistema de ATER a metodologia de planejamento participativo do uso da propriedade ao estilo do Proambiente;
- Implantação de um modelo de assistência técnica diferenciada, que respeite o conhecimento acumulado dos produtores familiares locais, definindo-se pela perspectiva do aperfeiçoamento técnico em mão dupla (do técnico e do produtor);
- Instalação de programa de capacitação florestal implantado através das CEFFA's e Universidades;
- Formação de técnicos da ATER com base na concepção de integração e diversificação para sustentação da produção familiar regional;
- Criação de um centro de pesquisa voltado para a agricultura familiar, comunidades indígenas e tradicionais voltado para novas tecnologias apropriadas à região, para a segurança alimentar e auto-abastecimento. (ex. manejo florestal comunitário, SAFs, piscicultura);
- Definir uma proposta de produção de grãos a partir da produção familiar;
- Realizar e divulgar os resultados de estudos comparativos sobre a prestação de serviços socioambientais dos sistemas de produção familiar e empresarial;
- Difundir as tecnologias disponíveis sobre: extrativismo vegetal e animal, manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, mecanização em pequena escala desde que incorpore critérios ambientais, práticas agrícolas sem ou com redução do fogo;
- Realizar estudos das cadeias produtivas, Arranjos Produtivos Locais (APL) e negociações financeiras;
- Criar instituto de pesquisa, formação e assessoria para dar eficiência às cadeias produtivas, fontes de recursos negociadas, metodologia de pesquisa e assessoria consensualizada, e efetivar convênios intra-institucionais;

- Implementar de forma articulada com os governos federal e estadual, ações para produtores familiares rurais e populações indígenas através de desenvolvimento, pesquisa e formação técnica de agricultores e agentes de manejo.

7. FINANCIAMENTO PARA A PRODUÇÃO

- Criar mecanismos de captação de recursos como a aplicação de multas, taxas de reposição florestal e ações administrativas no próprio município, para incentivo a projetos econômicos e ambientais nos assentamentos;
- Liberar crédito respeitando o calendário agroflorestal da região;
- Criar programas municipais de incentivo fiscal para a criação de pequenos animais (abelhas, peixe, aves, caprinos) e produção de hortigranjeiros (verduras e legumes) como estratégia de abastecimento para a população urbana;
- Criar cooperativas locais de crédito;
- Desburocratização o sistema de crédito individual e coletivo para a agricultura familiar;
- Criar mecanismos para diminuir a inadimplência e limites de financiamentos junto aos bancos;
- Individualizar as dívidas anteriores da produção familiar para agilizar e efetivar novos investimentos na produção familiar;
- Desvincular o crédito agrícola para a produção familiar do cadastro do produtor no Banco;
- Criar de linhas de crédito específicas para a mecanização de baixo impacto;
- Implantar programa de micro-crédito beneficiando as periferias urbanas;
- Adequação de linhas de crédito específicas para populações indígenas;
- Implantar um programa de crédito para geração de energia alternativa e eletrificação rural;
- Ampliar o planejamento da aplicação de financiamentos para as micro-regiões de forma participativa;
- Divulgar através de cartilhas, vídeos e oficinas os meios de acesso ao crédito.

8. VALORIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO

- Desenvolver programas de governo que organizem o comércio intermunicipal de produtos oriundos da agricultura familiar, através da criação de consórcios intermunicipais;
- Estimular a venda de insumos através de sistemas de cooperativa e centrais de comercialização;
- Elaborar um plano de treinamento específico para beneficiamento e agregação de valor da produção familiar;
- Reformar, construir e equipar o entreposto pesqueiro do município de Santarém;
- Construir a central de comercialização no município de Santarém para atender todo o pólo do Baixo Amazonas;
- Realizar feiras de produtores familiares nos municípios através de parcerias entre poder público municipal e organizações de pequenos produtores familiares;
- Estabelecer casas de pouso temporário para as famílias produtoras próximas as feiras dos produtores;
- Criar e/ou aproveitar estruturas de armazenamento e beneficiamento público para a produção familiar;
- Realizar levantamento da produção indígena com fim de ampliar o acesso ao mercado;
- Estudar a viabilidade da redução do ICMS para produtos da produção familiar e que compõem o Programa Fome Zero;
- Criar selo (marca) para os produtos da produção familiar da região.

9. IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO FAMILIAR

- Realizar campanhas públicas regionais acerca dos impactos socioambientais de grandes monocultivos (soja, outros grãos) sobre a produção familiar;
- Promover a fiscalização ambiental, com controle social, dos empreendimentos com grande impacto ambiental como os projetos de mineração;
- Revisar os contratos de concessão, com efetiva participação social, dos empreendimentos com grande impacto ambiental, como por exemplo, o porto da Cargill em Santarém e mineradoras;
- Elaborar e divulgar estudos de impactos ambientais, em parceria com as comunidades, para os grandes empreendimentos que venham a ser instalados.

IV. Ações Prioritárias de Fortalecimento Social e Cultural das Populações Locais

1. GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

- Desenvolver ações integradas intra e intergovernamentais voltadas à garantia dos direitos humanos na região;
- Solicitar ao relator internacional de direitos humanos da ONU a realização de um diagnóstico dos povos indígenas e da violência no Estado do Mato Grosso;
- Monitorar a ação da força-tarefa para investigar e punir os casos de violências cometidas por grupos de extermínio, latifundiários, traficantes, agentes de segurança do Estado, no Estado do Pará (Terra do meio – Altamira, Itaituba, Santarém, Novo Progresso, Almerim, Óbidos e Anapu) e em Mato Grosso (Lucas do Rio Verde, São Félix do Araguaia e Querência).

2. FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E CONTROLE SOCIAL

- Solicitar ao Grupo de Trabalho Interministerial a criação de um espaço permanente de debate e de negociação envolvendo o governo federal e representantes dos movimentos sociais e ongs para debater programas, políticas e projetos para a região;
- Implementar um Fórum paritário institucional que envolva as comunidades para monitoramento das ações propostas no eixo da BR-163;
- Realizar encontros municipais e regionais anualmente, com a participação dos órgãos públicos, para monitorar, avaliar e propor políticas de desenvolvimento local;
- Criar mecanismos de participação da sociedade civil no planejamento e na elaboração dos planos de desenvolvimento municipal.
- Fortalecer o Fórum da Produção familiar e promover a consolidação do Pólo Baixo Amazonas;
- Estruturar o escritório e consolidar o Fórum dos Movimentos Sociais do pólo da BR-163;
- Instalar Observatório da Cidadania para monitorar as ações do Estado e cartórios junto as atividades dos madeireiros, sojeiros, pecuaristas e mineradores sobre a regularização fundiária;
- Reconhecer os fóruns do movimento social no processo de planejamento do desenvolvimento inclusive na definição do consórcio para o asfaltamento da BR-163;
- Dar visibilidade as experiências já existentes nas comunidades (Casas Familiares Rurais, Feira da Produção Familiar do Baixo Amazonas FEPAMBAM, UPEBAM, Projeto Tucumã, CCBAM);
- Criar uma equipe de assessoria técnica e organizacional para sistematizar as proposições de ações do Movimento popular do Baixo Amazonas;
- Estabelecer mecanismos regulares de intercâmbios entre as instituições do movimento social no Mato Grosso e Pará.
- Preparar a sociedade civil para garantir a participação efetiva desta nas audiências públicas organizadas para discutir e definir a implantação de grandes e médios projetos na região, como por exemplo, o EIA-RIMA da Br 163 e projeto de mineração ACAIMA.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

- Fomentar a criação e regularização de Rádios Comunitárias com programas voltados e dedicados às organizações locais;
- Promover oficina e acesso aos equipamentos para as rádios comunitárias;
- Criar mecanismos para facilitar o surgimento de outros veículos de comunicação comunitárias;
- Coibir a concentração desses meios nas mãos de pessoas e de instituições;
- Adequar a legislação sobre Rádios comunitárias a realidade amazônica (potência, avaliação dos critérios e representatividade);

- Viabilizar recursos para montar um informativo regional semestral para as organizações locais;
- Criar um sistema de rádio amador para as associações.

4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

- Negociar com o poder público a adequação e implementação do modelo da pedagogia da alternância nos 3 níveis de ensino, coordenada por uma equipe qualificada com infra-estrutura necessária para atingir 80% da população rural, indígena;
- Acompanhar a implantação das Casas Familiares Rurais, através do assessoramento as associações de pais e alunos (BR-163);
- Estabelecer convênios com Universidades e Centros de Pesquisa do Mato Grosso e Pará para subsidiar o Movimento Social e para realizar pesquisas na região de influência da BR-163;
- Realizar convênios e parcerias com as áreas de comunicação social e agricultura da UNEMAT para assessoria técnica na região dos assentamentos (Paranatinga, Água Boa e Nova Xavantina e Querência);
- Ampliar e qualificar a participação da sociedade civil através de parcerias entre movimentos sociais e Ongs da região para a execução de Programas de Capacitação conjunta;
- Realizar capacitação de 100% dos Conselheiros(as), e ampliar em 60% a participação da sociedade civil nos conselhos de controle social, com recursos financeiros do Ministério da Justiça e das Secretarias Estaduais;
- Realizar capacitação de agricultores(as) familiares e de representantes de comunidades indígenas sobre assistência técnica e extensão rural voltados ao monitoramento de sistemas de produção, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, FUNAI, Secretarias Estaduais e demais órgãos afins;
- Estabelecer parcerias para desenvolver programas informais de educação ambiental;
- Realizar oficinas regionais de formação de novas lideranças para jovens, adultos, homens e mulheres;
- Criar uma associação regional para captar recursos para as atividades do movimento popular;
- Implementar um sistema de capacitação contínua por entidades formadoras (ex. CEFTBAM, CUT, AOMTBAM) nos municípios da região;
- Incorporar programas e projetos de assistência técnica rural a formação das associações locais e capacitação de agricultores e povos indígenas para monitorar o sistema de produção;
- Realizar oficinas técnicas regionais sobre temas relevantes a consolidação do desenvolvimento sustentável na região, estruturar uma equipe de apoio técnico e organizacional para o movimento social regional, além de viabilizar assessoria jurídica para orientar e acompanhar produtores e organizações em seus direitos de acesso às políticas públicas, principalmente na questão fundiária.

5. CULTURA

- Criar Centros Culturais para a exposição e vendas de produtos oriundos da região, bem como, para a divulgação das manifestações culturais tradicionais amazônicas;
- Construir museus da colonização da BR-163 em Itaituba e da Transamazônica em Altamira;
- Promover festivais municipais a cada 3 meses e regionais a cada 3 anos;
- Promover programas que visem o conhecimento e valorização das culturas tradicionais;
- Oferecer capacitação para documentação/registo e divulgação das especificidades culturais através de vídeos, fotos, música, textos, etc;
- Valorizar os sistemas e a medicina baseada na cultura dos povos da Amazônia.

V. Ações Prioritárias de Gestão Ambiental, Monitoramento e Áreas Protegidas

1. CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- Criação e implementação do mosaico da Terra do Meio, de Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como a Verde Para Sempre, Renascer, Bacajá, Riozinho do Anfrísio até dezembro de 2005. Responsável IBAMA/MMA;
- Realização de estudos e criação de RESEX e RDS nos municípios de Prainha, Juruti, Faro, Almeirim, Óbidos, Oriximiná e Alenquer (Baixo Amazonas);
- Implementar Corredor Ecológico na região do Cachimbo (PA) com base nos resultados do Seminário de Macapá e através da realização de levantamentos das áreas de extrema importância para a conservação;
- Implementação das Unidades de Conservação Reserva Estadual Ecológica do Rio Culuene e Estação Ecológica do Rio Ronuro (MT) com criação dos seus conselhos gestores;
- Rever os limites e reclassificar o Parque Estadual Cristalino para Parque Nacional;
- A partir dos resultados indicados pelo Seminário de Macapá realizar estudos, identificar e criar Unidades de Conservação no entorno da Estação Ecológica do Rio Ronuro (MT);
- Realizar estudo de viabilidade de criação de mosaico de áreas protegidas na bacia do Manissauá-Miçú (MT);
- Criar Corredor Ecológico Rio das Mortes/Araguaia;
- Realizar estudos sobre a viabilidade socioeconômica e ambiental das Florestas Nacionais (FLONAS) existentes na área de influência da BR-163;
- Regularizar a situação fundiária do Parque Nacional da Amazônia;
- Fazer divulgação e campanhas sobre os estudos científicos que fundamentam a criação e implementação de áreas protegidas (criar material didático);
- Criar áreas protegidas sob gestão municipal através da requisição de terras públicas da União;
- Regularizar e consolidar 10 áreas comunitárias em Porto de Moz/PA;
- Rever demarcação do Parque Nacional da Amazônia (Itaituba/PA), incluindo os limites naturais como divisa, com as 13 comunidades de produtores rurais.

2. GESTÃO E PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

- Criar programa com mecanismos legais e institucionais de proteção de entorno de Terras Indígenas (TI) (zona de amortecimento) que garanta a conectividade com outras áreas protegidas (UC, Área de Preservação Permanente – APP, Reserva Legal) e estabeleça obrigatoriedade de EIA-RIMA para projetos nessa zona;
- Implantar infra-estrutura nos postos indígenas de vigilância nos limites do Parque Indígena do Xingu (PIX), TI Capoto/Jarina, TI Baú, TI Panará e TI Menkragnoti e apoiar projetos indígenas de fiscalização e monitoramento do entorno do PIX;
- Criar brigadas contra incêndio nos municípios do entorno do PIX;
- Desenvolver campanhas educativas no entorno de Terras Indígenas com ênfase no controle dos desmatamentos, queimadas e recursos hídricos (elaborar material didático);
- Transformar a estrada MT-322, que corta a TI Capoto-Jarina e o PIX em estrada-parque, e promover a conscientização e educação ambiental para os seus usuários;
- Demarcar os territórios indígenas dos povos: Kaiabi (rio Arraias), Kalapalo (próximo aos rios Culuene e Tanguro), Munduruku (Mundurukanga e Saicinza), Kachuyana (rio Cachorro e Trombetas) e WaiWai (rio Trombetas);

- Regularizar as TI Cachoeira Seca, TI Xipaia e TI Curuaia;
- Criar de GTs para estudo das áreas dos povos: Waura, TI Kamukuaka (região do rio Batovi), Ikpeng (região do rio Jatobá) e Kayapó, TI Kapotnhinore (região dos rios Liberdade e Paz);
- Promover a demarcação de 317.000 hectares contíguos as TIs Baú e Mekragnotire e realizar estudos de adequação de limites nas TIs Baú e Mekragnotire;
- Realizar reuniões entre Terenas, Kayapós e Panarás, tendo o governo federal como mediador do processo de negociação das estratégias de sobrevivência, regras de convivência e evitar conflitos futuros (os índios Terenas foram alocados para fora de suas terras tradicionais, sendo encaminhados para um território vizinho ao dos Panarás e Kayapós);
- Criar, na forma de lei estadual, uma zona de “amortecimento/tampão” num raio de 10 km do entorno de terras indígenas para evitar desmatamentos e promover o cadastro de propriedades rurais nesta zona;
- Realizar Audiência Pública envolvendo assentados, índios Xavantes, Funai, Prefeituras e Ministério Público para solucionar o conflito de interesses entre assentados e índios Xavantes em consequência da ampliação da TI Areões. O Ministério Público deve mediar o conflito;
- Realizar a demarcação e a regularização fundiária dos PAs Jandira, Jatobazinho, Santa Maria, Serrinha e Jaraguá, em virtude do conflito de interesses entre assentados e índios Xavantes gerados pela ampliação da terra indígena (TI) Parabubure;
- Criar força tarefa entre INCRA, Ministério Público, com a participação das organizações indígenas e do movimento social e FUNAI para negociação ente os parceiros e índios Xavantes (TI Maraiwatsede), buscando identificar outra área viável para implantação do assentamento e garantir a recuperação das terras pelos Xavantes.

3. GESTÃO E CONSERVAÇÃO EM PROPRIEDADES RURAIS

- Instituir mecanismo de planejamento que viabilize a conservação e a recuperação de APP e Reserva Legal assegurando a conectividade entre os remanescentes e as áreas protegidas, a proteção das cabeceiras dos rios e das áreas de recarga de aquífero em todos os pólos (PA e MT), prioritariamente na região das cabeceiras do Rio Xingu;
- Fortalecer e tornar público o sistema de licenciamento de propriedades rurais do Estado do Mato Grosso;
- Proibição de construção de barragens e extração de areia nas propriedades rurais situadas nas nascentes do rio Xingu;
- Incentivar e fomentar a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em áreas de interesse.

4. CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS E PROPRIEDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES

- Incentivar a criação e implementação de novos modelos de Projetos de Assentamento (PA) que considerem a gestão ambiental e sejam adaptados às características regionais;
- Criar Grupo de Trabalho (GT), que inclua a participação da sociedade civil, para discutir e avaliar os Projetos de Assentamento Florestal (PAF) na região da Transamazônica e do Xingu;
- Criar três Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e três Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na região do Xingu e Transamazônica;
- Implementar o Proambiente nos Projetos de Assentamento (PA) e Projetos de Colonização (PC) existentes;
- Criar UC como compensação de reservas legais dos assentamentos implantados;

- Desenvolver programa de recuperação de reservas legais e APP nos assentamentos implantados.

5. FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVA

- Instalação de novos escritórios e reestruturação e fortalecimento dos escritórios regionais do INCRA e IBAMA (e OEMAS);
- Elaboração de planejamento estratégico participativo e integrado para atuação do INCRA e do IBAMA (com órgãos estaduais e com organizações da sociedade civil);
- Unificar e descentralizar as ações do Proarco, Prevfogo e Proteger, com planejamento integrado;
- Criar delegacias especiais para o monitoramento e aplicação de penas para os crimes ambientais onde os processos possam ser acompanhados por todos os setores da sociedade civil;
- Criar um pólo regional de desenvolvimento sustentável envolvendo todos os municípios do entorno do PIX;
- Contratação imediata de 20 agentes ambientais nos 13 municípios do Baixo Amazonas (principalmente para trabalhar em áreas de várzea);
- Regulamentar, regularizar e definir atribuições dos Agentes Ambientais Voluntários (no Baixo Amazonas);
- Criar coordenação de educação ambiental no IBAMA (MT e PA), que desenvolva programas com ênfase na relevância dos recursos hídricos e matas ciliares e na divulgação da legislação ambiental;
- Criar mecanismo de transparência e publicidade para as atividades de manejo florestal.

6. GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E ESTOQUES PESQUEIROS

- Criação de Comitês nas Bacias Hidrográficas Xingu, Tapajós e Araguaia;
- Desenvolvimento de infra-estrutura e mecanismos de monitoramento da qualidade das águas;
- Proibir a construção de barragens e extração de areia nas nascentes do rio Xingu;
- Desenvolver programas de apoio às colônias de pescadores, e criar e fortalecer os acordos comunitários de pesca na região do Baixo Amazonas e Xingu;
- Criar departamento de pesca nos escritórios do IBAMA da região do Baixo Amazonas e Xingu, e ampliar o número de técnicos capacitados;

7. GESTÃO E IMPLANTAÇÃO DE GRANDES E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS

- Elaborar estudos de impacto ambiental, em parceria com as comunidades e instituições locais, para a instalação de grandes e pequenos empreendimentos na área de influência da BR-163;
- Criação de uma comissão permanente para diálogo e negociação entre sociedade e governo federal sobre a agenda de desenvolvimento da BR-163;
- Realizar audiências públicas, fóruns regionais e intramunicipais, e consórcios responsáveis pela instalação de empreendimentos, com a participação da sociedade civil e poder público dos municípios afetados;
- Revisar os contratos de concessão para mineração e empreendimentos de grande impacto ambiental como o Porto da Cargill, em Santarém;
- Realizar campanhas públicas sobre os impactos socioambientais do monocultivo da soja sobre a agricultura familiar;

- Promover a discussão pública sobre a implantação dos Complexos Hidrelétricos de Belo Monte, Cachoeira Porteira e Tapajós, mantendo a continuidade das equipes de articulação lideradas pelos movimentos sociais, para nivelamento das informações;
- Revisar e aplicar a lei que regulamenta a instalação de indústrias e/ou outros empreendimentos visando o seu ordenamento e funcionamento, evitando a poluição sonora, do ar, dos rios e do solo.

8. PROGRAMAS PARA PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E ALTERADAS

- Criar programa de esclarecimento e estímulo à produção orgânica e aos SAF;
- Elaboração e divulgação de manuais sobre defensivos agrícolas biológicos e fertilizantes orgânicos;
- Formar e capacitar comunidades locais para o uso de fogo controlado e para controle de queimadas;
- Garantir a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) por meio do reflorestamento das matas ciliares com espécies nativas;
- Discutir o aumento da faixa de mata ciliar a ser preservada;
- Criar programa de educação ambiental com ênfase na relevância dos recursos hídricos e matas ciliares.

9. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO ZONEAMENTO ECONÔMICO-ECOLÓGICO (ZEE) DOS ESTADOS DO MATO GROSSO E PARÁ

- Promover a divulgação e discussão participativa do Zoneamento Econômico-Ecológico nos Estados do Mato Grosso e Pará (Detalhamento no Eixo Temático Ordenamento Fundiário e Combate a Violência no Campo).

10. IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21

- Elaborar e implementar a Agenda 21 em todos os municípios de influência da BR-163.

ANEXO V – FOTOS DO EVENTO



Mesa de abertura do encontro com representantes das organizações promotoras.



Plenária do dia 31 com aproximadamente 400 pessoas



Mesa redonda com a apresentação das propostas do governo federal para a BR-163.



Leitura da Carta de Santarém aos Ministros e representantes do Governo federal.



Grupo de Trabalho Ordenamento Fundiário e Combate a Violência no Campo



Grupo de Trabalho Infra-estrutura Rural e Urbana



Grupo de Trabalho Fortalecimento Social e Cultural das Populações Locais



Grupo de Trabalho Gestão Ambiental, Monitoramento e Áreas Protegidas



Grupo de Trabalho Estratégias Produtivas e Manejo dos Recursos Naturais